



Em audiência pública na CDH para discutir aumento dos acidentes de trânsito, Paulo Paim (D) anuncia grupo para reexaminar projeto

Proposta de Estatuto do Motorista será aperfeiçoada **5**

# JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.418 – Brasília, terça-feira, 5 de abril de 2011



## Pesquisa aponta preferência por voto distrital e facultativo

DataSenado ouviu 797 pessoas sobre alguns dos principais temas em discussão nas reformas política e eleitoral

O sistema distrital puro foi apontado pela maioria dos eleitores ouvidos em pesquisa do DataSenado como o mais apropriado para o país. Seis em cada

dez entrevistados querem ter a liberdade de comparecer ou não às urnas e são favoráveis à reeleição para presidente. A preferência pelo sistema distrital puro ficou evidente

com as respostas dadas a três perguntas da pesquisa: voto direto ao candidato, eleição dos mais votados e escolha por circunscrições eleitorais em pequenas regiões. **4**



A cor azul que simboliza a conscientização mundial sobre o autismo também vestiu, no sábado, o Congresso brasileiro

### Senador destaca Dia Internacional do Autismo

Antônio Carlos Valadares disse que o Poder Legislativo tem cumprido importante papel na discussão de temas relativos à inclusão social de pessoas com deficiência. **6**

### Parlamentares visitam usinas de Jirau e Santo Antônio **3**

### Condução da economia recebe crítica e elogios

Francisco Dornelles e Gleisi Hoffmann apoiam o controle da inflação sem desaquecimento. Já Cristovam Buarque alerta para risco de "tsunami" econômico. **7**



Larvas do *Aedes aegypti* são coletadas por agente de saúde. Cuidados dentro de casa ajudam a evitar proliferação do mosquito

### especial Cidadania

### Volta do tipo 4 amplia preocupação com a dengue

Confira nesta edição como se prevenir contra a doença que afeta milhares de brasileiros todos os anos. **8**

Presidente da Casa, Sarney garante que tomou providências ainda na sexta-feira e pode instaurar sindicância caso sejam confirmadas denúncias contra funcionários

# Senado vai apurar com rigor fraude em ponto eletrônico

O PRESIDENTE DO Senado José Sarney disse ontem que será rigorosa a investigação de denúncia de que servidores da Casa registram a frequência por meio do ponto eletrônico, mas não cumprem a jornada de trabalho. Ele contou ter tomado providências para apurar as supostas irregularidades e prometeu instaurar sindicância se a fraude for comprovada (veja nota ao lado).

– Na sexta-feira, oficiei à diretora-geral para que mandasse a todos os diretores da Casa e chefes de serviço [a determinação] que eles não só redobrassem a vigilância sobre isso como também que eles eram responsabilizados e que abrissem sindicância sobre o assunto – disse.

O controle biométrico de frequência, em que o servidor deve passar um cartão eletrônico (crachá) e registrar a impressão digital para ter suas horas computadas, entrou em vigor na sexta-feira.

Sarney assinalou que a adoção do sistema visa melhorar o controle de frequência, mas ressaltou que isso depende da fiscalização das chefias.

## 30 dias para analisar os fatos

O Senado Federal, tendo em vista denúncias divulgadas no último final de semana por parte da mídia nacional, referentes a presumíveis burlas praticadas por servidores à obrigatoriedade do registro do ponto eletrônico, resolveu criar comissão de sindicância para, em até 30 dias, analisar os fatos. O procedimento está respaldado na Lei 8.112 e em outras disposições legais da própria Casa.

A comissão de sindicância, ao final dos seus trabalhos, tem competência para propor o arquivamento das denúncias se não verificar elementos de prova ou de culpabilidade, bem como sugerir a aplicação de penas leves como advertência e suspensão funcional de até 30 dias. Se coligidas provas de culpabilidade graves, a comissão também pode sugerir a instauração de processo administrativo disciplinar (PAD), o que nesse caso seria feito por uma nova portaria da administração superior.

Ao mesmo tempo, a Secs informa que o processo de implantação do ponto eletrônico biométrico, em 1º de abril, ocorreu dentro da normalidade e sem nenhum tipo de imprevisto.

Secretaria Especial de Comunicação Social



Sarney: melhorar o controle de frequência no Senado depende também das chefias

## Secretaria da microempresa deve custar R\$ 7,9 mi anuais

Chegou ao Congresso, na sexta-feira, o projeto de lei do Executivo (PL 865/11) que cria a Secretaria da Micro e Pequena Empresa. A proposição altera a Lei 10.683/03, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos ministérios. O titular da secretaria terá status de ministro de Estado.

O projeto, encaminhado pela presidente Dilma Rousseff, será votado primeiro pela Câmara dos Deputados e depois pelo Senado. Assinada pelos ministros da Casa Civil, Antonio Palocci; do Planejamento, Miriam Belchior; e do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, a exposição de motivos que acompanha o projeto informa sobre a criação do cargo de ministro de Estado e a contratação de funcionários comissionados para direção e assessoramento do novo órgão federal.

De acordo com a mensagem, o custo para o Orçamento da União deverá ser de R\$ 6,5 milhões para 2011 e de R\$ 7,9 milhões para os próximos anos. O texto encaminhado ao Legislativo esclarece que o principal objetivo dessa secretaria é a criação e a formulação de políticas e diretrizes de apoio à microempresa, à empresa de pequeno porte e aos trabalhadores-artistas.

A nova secretaria também deverá tratar de temas como o cooperativismo e associativismo urbanos; a promoção do desenvolvimento de arranjos produtivos locais; programas de qualificação e extensão empresarial; e iniciativas para o aumento da participação das microempresas nas exportações brasileiras.

## Líderes discutem as votações temáticas

O presidente José Sarney informou que levará à reunião de líderes, hoje, às 15h, a proposta de criar uma “agenda temática legislativa” para o Plenário. A sugestão, segundo Sarney, é que os projetos levados a análise do Plenário sejam escolhidos conforme temas a serem examinados ao longo de um mês.

– Temos uma reunião de líderes também para que façamos uma agenda temática legislativa enfrentando os assuntos que são mais demandados pela opinião pública – disse o presidente.

Consultados sobre o assunto na última sexta-feira, o líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), e o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), disseram concordar com a ideia de votações temáticas.

José Sarney disse também ontem que reforçou o apelo aos líderes partidários para que façam indicações de nomes para compor o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Casa e para a Corregedoria, pendentes desde o início da legislatura.

O conselho é composto por 15 titulares e 15 suplentes. O cargo de corregedor está vago desde outubro de 2010, com a morte do senador Romeu Tuma, que exercia essa função.

## Lei prevê mudanças em sociedades com sócio incapaz

A presidente Dilma Rousseff sancionou na última sexta-feira a Lei 12.399/11, que altera o Código Civil para prever a obrigação por parte das juntas comerciais de registrar contratos ou alterações contratuais de sociedade que envolva sócio incapaz, desde que atendidos certos pressupostos.

As condições exigidas para o registro ou alterações de contratos de sociedades que envolvam sócio incapaz são as seguintes: o sócio incapaz não poderá exercer a administração da sociedade; o capital social deverá ser total-

mente integralizado; e o sócio relativamente incapaz deve ser assistido e o absolutamente incapaz, representado – ambos por seus representantes legais.

O registro de contratos ou alterações contratuais de sociedade que envolva sócio incapaz já era feito pelas juntas comerciais conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF). A inclusão da previsão no Código Civil, segundo o autor do projeto original (PLC 104/08), deputado Eliene Lima (PP-MT), preenche uma lacuna legal e garante maior segurança jurídica.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário Solidariedade tributária

14h A sessão é deliberativa. A pauta está trancada pelo projeto (PLV 6/11) proveniente da Medida Provisória 510/10, que estabelece a solidariedade tributária entre pessoas consorciadas.

### Presidência Reforma administrativa e líderes

9h45 O presidente do Senado, José Sarney, recebe a bancada federal do Pará; às 10h, reúne-se com a Comissão de Reforma Administrativa; às 11h, recebe a deputada Fátima Pelaes e o desembargador João Bosco; às 11h30, a superintendente da Caixa Milena Pinheiro; às 12h, o chanceler da Costa Rica, René Castro; às 15h, participa de reunião de líderes. Às 16h, preside a ordem do dia.

### CAS Subcomissão planeja trabalho

9h A Subcomissão em Defesa do Emprego e da Previdência Social, ligada à Comissão de Assuntos Sociais, discute seu plano de trabalho.

### CDR Desenvolvimento do Nordeste

9h A Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste, vinculada à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, define metas para o biênio 2011/2012, com o objetivo de consolidar políticas públicas para a região.

### Frente Campanha de acessibilidade

9h30 A Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência será reativada, juntamente com a assinatura, pelo Senado e pela Câmara, do Termo de Adesão à Campanha de Acessibilidade do Conade.

### CMA/CRA Audiência sobre Código Florestal

10h Audiência das comissões de Meio Ambiente e de Agricultura debate a reforma do Código Florestal. Após, na CMA, ocorre a eleição do presidente e do vice da Subcomissão de Acompanhamento das Obras da Usina de Belo Monte; e a Subcomissão da Copa 2014 e das Olimpíadas 2016 aprova plano de trabalho.

### CAE Membros de subcomissões

10h A Comissão de Assuntos Econômicos designa os membros das subcomissões de avaliação do Sistema Tributário Nacional e da Política Fiscal. Será apreciada ainda a programação monetária para o 1º trimestre de 2011.

### CE Royalty-criança e Fundeb

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte analisa projetos que criam o royalty-criança e o Fundo Nacional da Educação Básica.

### Reforma Sistema eleitoral continua em debate

14h A Comissão de Reforma Política discute financiamento eleitoral e partidário, cláusula de desempenho, candidatura avulsa, domicílio eleitoral, filiação e fidelidade partidárias.

### Administração Tajra fala sobre alterações

14h A Subcomissão de Reforma Administrativa ouve o diretor da Secretaria Especial do Interlegis, Haroldo Feitosa Tajra. Ele vai falar sobre o projeto de resolução do Senado que altera o regulamento administrativo da Casa.

### Seminário Direitos das pessoas com deficiência

14h O seminário A Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência será realizado no Auditório Petrônio Portella.

### CMMC Eleição de presidente, vice e relator

15h Comissão Mista de Mudanças Climáticas instala os trabalhos e elege seu presidente, seu vice-presidente e o relator.

### TV Senado Mostra de documentários

19h Cerimônia de abertura da mostra de documentários em comemoração aos 15 anos da TV Senado, no Museu da República.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões  
Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)  
Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

## Debate sobre novo Código Florestal hoje

O ciclo de debates sobre o projeto de novo Código Florestal, que tramita na Câmara dos Deputados, prossegue hoje, a partir das 10h, com audiência pública promovida pelas comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Foram convidados o presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Pedro Antonio Arraes Pereira; o ex-ministro da Agricultura Alysson Paulinelli; e os representantes da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Elíbio Rech Filho, e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Antonio Donato Nobre.

Na semana passada, as duas comissões se reuniram para ouvir o relator do projeto na Câmara, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP). O ciclo de debates é uma iniciativa do presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), e das senadoras Ana Amélia (PP-RS) e Gleisi Hoffmann (PT-PR).

Trabalhadores das duas usinas reivindicam mais segurança no trabalho e extensão dos planos de saúde às famílias. Eles paralisaram as obras há duas semanas e destruíram 83 alojamentos para cobrar melhores condições de trabalho

# Comitiva de senadores da CMA ouve trabalhadores de Jirau e Santo Antônio

OS SENADORES DA Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) que estão em Rondônia fizeram no domingo uma reunião com os trabalhadores dos canteiros de obras das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, paralisadas há duas semanas, quando houve um protesto por melhores condições de trabalho. As duas principais reivindicações são mais segurança no trabalho e a extensão do plano de saúde aos familiares.

Os trabalhadores da usina de Santo Antônio, segundo reportagem da TV Senado, voltaram ontem ao trabalho, depois de acordo com o consórcio de empresas que toca a obra. Já a situação em Jirau continua indefinida, uma vez que o consórcio



Usina de Santo Antônio: funcionários voltaram ao trabalho ontem depois de acordo com o consórcio responsável pela obra

de empresas aguarda decisão da Justiça para retomar os trabalhos. O canteiro de obras dessa usina está sendo protegido por homens da Força Nacional.

Os senadores visitaram na manhã de ontem o canteiro

de Jirau, onde 83 alojamentos foram destruídos durante o protesto.

À tarde, eles se reuniram com o chamado gabinete de crise, constituído para acompanhar a situação dos trabalhadores nas

duas usinas em construção. Integram a comitiva o presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF); Ivo Cassol (PP-RO); Valdir Raupp (PMDB-RO); Acir Gurgacz (PDT-RO); Jorge Viana (PT-AC) e Blairo Maggi (PR-MT).



Senador comenta construção de usinas hidrelétricas no rio Parnaíba

## Wellington celebra investimentos federais no PI

O senador Wellington Dias (PT-PI) comentou ontem a intenção do governo federal de realizar investimentos em seu estado, na construção de cinco usinas hidrelétricas no rio Parnaíba e na reforma e ampliação do aeroporto de Teresina.

De acordo com Wellington

Dias, o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, esteve em visita a Teresina na semana passada e informou que o governo federal deverá realizar este ano leilão para contratação das cinco usinas.

Wellington Dias fez apelo para que os prefeitos dos muni-

cípios que terão áreas inundadas pelo lago das usinas apoiem os empreendimentos.

– A região [de Urucuí], que tem hoje necessidade do crescimento da oferta de energia elétrica, tem um grande potencial na área de produção agrícola – disse.

05/04/2011  
19h  
Cerimônia de Abertura

20h  
Niemeyer por Niemeyer

20h40  
Debate sobre a produção de documentários televisivos no Brasil



06/04/2011  
19h  
Relatos da Sequidão

20h  
Bate-papo com o diretor

07/04/2011  
19h  
Lévi-Strauss, Saudades do Brasil

21h  
Bate-papo com a diretora do documentário



08/04/2011  
19h  
Jango em 3 Atos

21h15  
Bate-papo com o diretor

09/04/2011  
19h  
De Batutas e Batucadas

20h  
Bate-papo com o diretor



15  
tvsenado

**SENADOC**

Mostra de Documentários 2011  
em comemoração aos  
15 anos da TV Senado

Senado Federal | Secs | Supres | Criação e Marketing

LOCAL: Museu Nacional do Conjunto Cultural da República  
Setor Cultural Sul, Lote 2, Térreo, Auditório 2, Esplanada dos Ministérios

DATA: 5 a 9 de abril

Apoiado por: CAL UnB, UnB DEX, Museu Nacional, GDF, tvsenado, SENADO FEDERAL

Pesquisa realizada nas capitais conclui que cidadão quer votar diretamente no candidato a deputado ou vereador, e que seja eleito o mais votado em parte do estado ou município



Mesário confere documentação de eleitor: comissão quer sistema proporcional com lista fechada

# Eleitor prefere voto distrital e facultativo, diz DataSenado

A MAIORIA DOS eleitores das capitais quer votar diretamente no candidato a deputado ou vereador e defende que seja eleito o mais votado, em uma parte do estado ou município – sistema conhecido como distrital puro. Também é vontade de seis em cada dez pessoas que o voto no Brasil seja facultativo. Isso é o que revela pesquisa realizada pelo DataSenado.

Entre os dias 21 e 29 do último mês, foram ouvidas por telefone 797 pessoas com idade a partir de 16 anos, residentes nas capitais de todos os estados e no Distrito Federal. Os pesquisadores utilizaram um questionário

estruturado com respostas estimuladas e a margem de erro é de três pontos percentuais para mais ou para menos.

A preferência pelo sistema distrital puro se manifesta pelas respostas dadas a três questões: 83% dos entrevistados querem que o voto seja dado diretamente ao candidato (e não ao partido ou a uma lista pré-definida), 55% querem que sejam eleitos os candidatos mais votados e 64% defendem que a circunscrição eleitoral seja uma pequena região do estado ou do município.

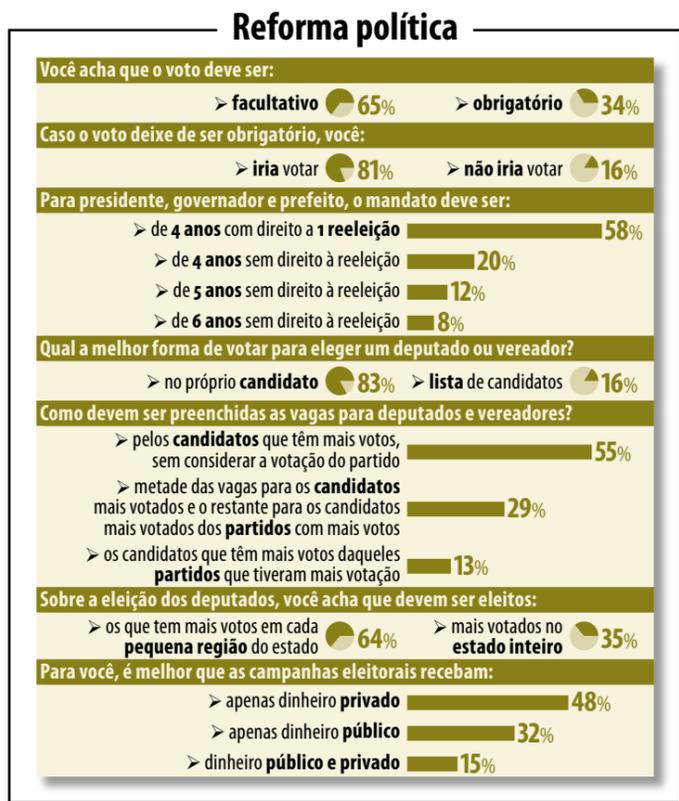
Por contar com poucos adeptos na Comissão de Reforma

Política do Senado, o sistema distrital não foi incluído entre as opções votadas pelo colegiado. Os senadores escolheram inicialmente entre o sistema proporcional com lista fechada, o distrital misto com lista fechada e o “distritão”. Depois, a escolha ficou restrita aos dois mais votados: distritão e proporcional com lista fechada. Esse último recebeu mais votos e integrará o anteprojeto que o colegiado apresentará no fim dos trabalhos.

A decisão da comissão sobre a obrigatoriedade do voto também é diferente da opinião da maioria expressa na pesquisa. Os senadores vão propor que o voto continue sendo compulsório, enquanto a pesquisa apontou que 65% dos eleitores preferem o voto facultativo. Vale ressaltar que 85% dos entrevistados afirmaram que iriam às urnas, mesmo se o voto deixasse de ser obrigatório.

Para cargos eletivos do Executivo (prefeitos, governadores e presidente da República), a maioria (58%) quer manter o atual modelo de mandatos de quatro anos com direito a uma reeleição. A comissão vai recomendar o fim da reeleição e o aumento dos mandatos para cinco anos.

Conforme a vontade de sete em cada dez entrevistados, cada senador deveria ter apenas um suplente, que assumiria a vaga em caráter provisório. Essa é a posição aprovada pela Comissão de Reforma Política. Pela proposta, nos casos de morte, cassação ou renúncia, haveria nova eleição.



## Resultado desmente alienação, avalia diretora

A pesquisa do DataSenado “desmonta o senso comum de que o brasileiro não quer saber de política”, acredita a diretora da Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública (Sepop), Ana Lucia Novelli. Ela ressalta que nove de cada dez entrevistados apontaram algum interesse no assunto.

A diretora informa que 53% dos entrevistados classificaram esse interesse como “médio”, percentual equivalente ao verificado nos países mais desenvolvidos. Além disso, ela destaca que cerca de dois em cada dez eleitores ouvidos dizem ter alto interesse por política.

– A pesquisa revela o amadurecimento dos eleitores e mostra que o brasileiro não está alienado da política – frisa Novelli.

A importância atribuída à reforma política em curso no Congresso é outro fator citado pela diretora como indicador de uma maior conscientização. Quase 80% dos eleitores consideraram positivo o processo que resultará em mudanças na legislação político-eleitoral.

Conforme Novelli, os resultados mostraram que os partidos são considerados importantes para a organização do sistema político, mas revelam também

que os eleitores querem um candidato mais próximo à realidade que vai representar. Ela destacou ainda o fato de ampla maioria (81%) ter afirmado que participaria da eleição mesmo se o voto fosse facultativo.

– Eles estão dizendo que não precisam ser obrigados, que vão votar mesmo não sendo obrigados, pois sabem que é importante – observou a diretora.

Para assegurar representatividade das respostas, Ana Lucia Novelli explicou que foi dada aos eleitores a liberdade de responder ou não às perguntas, após os mesmos serem informados sobre o tema da pesquisa.

## Alvaro Dias elogia PF por relatório sobre o mensalão

O líder do PSDB, senador Alvaro Dias (PR), cumprimentou a Polícia Federal pela apresentação do relatório final do delegado Luís Flávio Zampranha sobre o escândalo do mensalão, episódio relacionado



Alvaro Dias: pressão

à compra de apoio político pelo governo no Congresso, e alertou para a necessidade de o Supremo Tribunal Federal dar celeridade ao processo de responsabilização civil e penal para evitar a prescrição do crime de formação de quadrilha.

A informação sobre o relatório da Polícia Federal foi publicada na revista *Época* desta semana, informou ontem o senador.

– Agora, cabe à oposição

convocar a opinião pública, com seu poder de pressão, para a responsabilização civil e criminal, depositando voto de confiança no relator Joaquim Barbosa [relator no STF], e acreditar na celeridade para evitar a prescrição, que já se

anuncia, do crime de formação de quadrilha.

Alvaro Dias afirmou que o relatório feito por Zampranha, a pedido do ministro Joaquim Barbosa, “demonstra cabalmente” a existência do mensalão e confirma que a origem pública dos recursos que irrigaram o esquema. Ele mencionou a carteira Visanet do Banco do Brasil e a inclusão de novos nomes à lista dos 40 denunciados pela Procuradoria-Geral da República.

## Para Marisa Serrano, é hora de recusar a corrupção no país

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) também comentou ontem o relatório da Polícia Federal sobre o mensalão. Para a senadora, os brasileiros precisam a cada dia “ampliar sua consciência cida-



Marisa Serrano: provas

– A revista mostrou a origem do dinheiro do maior esquema de corrupção da história do país. Era – de fato foi provado – proveniente da máquina pública, apenas comprovando os indícios que já haviam e pairavam há muito tempo, e todos sabiam, nas investigações principalmente feitas pela Polícia Federal e pelo Ministé-

rio Público Federal – explicou.

Marisa Serrano diz ser necessária uma mudança conceitual que passa pela educação da cidadania, de modo que a sociedade passe a não aceitar a corrupção endêmica como algo natural, “o jeitinho brasileiro” de transgredir as leis e a impunidade que, segundo ela, “está incrustada na sociedade brasileira”.

A parlamentar pelo PSDB reiterou o que o líder do partido, senador Alvaro Dias (PR), que a antecedeu na tribuna, dissera: o esquema existiu de fato, ao contrário da noção que o governo passara, de que o mensalão não existia e era invenção da oposição, tratando-se de “chicana política”.

## Aloysio Nunes cobra empenho no combate à criminalidade

O governo de Dilma Rousseff, assim como o de Luiz Inácio Lula da Silva, vem abdicando do papel de liderança no combate à violência, afirmou ontem Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).



Aloysio Nunes Ferreira

O parlamentar disse temer que Dilma Rousseff esteja perdendo tempo por falta de medidas concretas e objetivas para atuar contra o crescimento da violência. Ele cobrou o lançamento do programa nacional para enfrentamento da criminalidade que a presidente anunciou, mas que, segundo ele, não implantou.

– Meu receio é que a presidente, que ostenta números invejáveis de aprovação, eu diria que são mais de esperança

do que de aprovação, uma vez que há muita fumaça e pouco fogo – esteja desperdiçando esse capital – disse.

Aloysio Nunes apontou uma redução nos recursos destinados pelo governo ao setor, como cortes de 20% em progra-

mas do Ministério da Justiça, como o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Projetos criados ainda na gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, como o Fundo Nacional de Segurança Pública, que deveriam integrar as ações de municípios, estados e a União para combater a criminalidade, receberam mais recursos até 2002 do que durante todo o governo Lula, segundo o senador.

Proposta foi apresentada em 2008 por Paulo Paim e deverá sofrer mudanças, a serem sugeridas por trabalhadores, empresários e governo

# Grupo reavalia projeto do Estatuto do Motorista



Fotos de Gerardo Maggela/Senado Federal

À mesa, Adélio Justino Lucas (E), senadores Paulo Paim e Ana Amélia, Marcos Aurélio Ribeiro e Omar José Gomes

## Sindicato relata à CDH agressão a jornalista

O presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, Lincoln Macário, denunciou agressão contra o repórter fotográfico Victor Antônio Soares Filho, que teria acontecido no dia 30 de março. Lincoln fez a denúncia na CDH. Macário disse que o repórter "foi espancado e ameaçado de morte no exercício da profissão" por Afonso Luciano Gomes Amâncio e seu filho, que estão sendo investigados pela Polícia Federal.

– O agressor tentou jogar o jornalista do terceiro andar do mezanino do prédio em que estavam – disse o presidente do sindicato.

Macário acrescentou que a agressão ocorreu após o repórter ser contratado por uma empresa de comunicação de Manaus para fotografar uma operação de busca e apreensão da Polícia Federal em Brasília, e que só foi interrompida pela ação de agentes da instituição.

Ele afirmou ainda que as ameaças de morte ao repórter foram feitas na frente de um delegado da PF.

– Pedimos à comissão que nos auxilie para evitar um mal maior. O agressor é suspeito de ser mandante de outros crimes no Amazonas – declarou Macário.

## Aposentadoria aos 25 anos de serviço e jornada de seis horas

O projeto de iniciativa de Paulo Paim que cria o Estatuto do Motorista estabelece jornada diária de trabalho de, no máximo, seis horas, recebimento de horas extras e concessão de aposentadoria especial após 25 anos de serviço, sem exigência de idade. O custeio do benefício será feito com recursos do Fundo de Investimento Social (Finsocial).

Quanto ao período de descanso, a proposta fixa 20 minutos, distribuídos conforme acordo com o empregador, no período entre o término da primeira e o início da última hora trabalhada, quando se tratar de condução que opera exclusivamente em via urbana.

O descanso do motorista poderá ser também de uma hora, de forma contínua ou descontínua, conforme acordo firmado com o empregador, no período entre o término e o início da última hora trabalhada, quando se tratar de condução total ou parcialmente realizada em via rural.

A proposta determina que o pagamento de horas extras deverá ser feito com acréscimo de, no mínimo, 100% sobre o salário-hora normal. O horário de trabalho noturno será considerado o que ocorrer no período compreendido entre 20h de um dia e 6h do dia seguinte, devendo ser computado como 45 minutos e remunerado com acréscimo de 50%, pelo menos, sobre a hora diurna.

Com um total de 14 artigos, o projeto enumera direitos e deveres dos motoristas profissionais, tais como não

responder, junto ao empregador, por qualquer prejuízo patrimonial decorrente da ação criminosa de terceiros; respeitar a legislação de trânsito; e zelar pela segurança do passageiro.

### Desgaste

Para Paim, a profissão de motorista "é uma das que mais exige do ser humano, e tem elevado desgaste físico e psicológico". O senador argumenta, na justificativa da proposta, que diversas doenças e distúrbios atingem os motoristas profissionais em proporção muito maior do que o restante da população. Ele destacou, entre os problemas enfrentados por essa categoria, as doenças coronarianas e de coluna.

– O estatuto pretende reunir, num mesmo diploma legal, todas as regras que possam colaborar para o aperfeiçoamento da profissão, explicando direitos dos motoristas profissionais, mas, também, apontando deveres a serem observados pela categoria – esclarece Paulo Paim.

A proposição se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), aguardando a designação do relator. Depois, será submetida ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, em seguida, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde será votada terminativamente. Assim, se aprovado pela CAS, seguirá diretamente para deliberação da Câmara dos Deputados, se não for apresentado recurso para votação pelo Plenário do Senado.

**Motorista está sujeito a várias doenças em proporção maior do que o restante da população, diz Paim**

O SENADOR PAULO Paim (PT-RS) anunciou a formação de um grupo de trabalho para propor alterações ao projeto que institui o Estatuto do Motorista (PLS 271/08), de sua autoria. O grupo será composto por representantes de trabalhadores, empresários e governo.

A proposta visa beneficiar taxistas, motoboys, motoristas de ônibus e caminhoneiros, "tanto autônomos como celetistas", explicou. A carga horária, a possibilidade de aposentadoria especial após 25 anos de trabalho e a fiscalização do setor estão na pauta de discussões.

– O grupo vai se debruçar sobre o estatuto e propor as devidas mudanças. Quando ficar pronta uma minuta, faremos uma nova audiência para apresentá-la – disse.

O anúncio de Paim foi feito durante audiência pública realizada ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), da qual ele é presidente.

### Acidentes

Os acidentes de trânsito fo-

ram o tema dessa audiência, que se soma a outras 30 já realizadas sobre os motoristas e suas condições de trabalho. Dados da Secretaria de Vigilância em Saúde, vinculada ao Ministério da Saúde, apontam 38.273 mortes em acidentes de trânsito no ano de 2008, enquanto em 2009 dados preliminares indicam 36.365 mil mortes.

– Essa redução pode estar relacionada à falta de dados provenientes dos municípios ou aos efeitos da Lei Seca – observou o diretor do Departamento de Análise de Situação da Saúde do Ministério da Saúde, Otaliba Libânio Moraes Neto.

Mesmo com a eventual queda, os números foram considerados muito altos. Paim citou pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) ao declarar que "o Brasil é um dos recordistas mundiais de acidentes de trânsito". Ele também ressaltou que "o problema se revela não apenas pelo número absoluto de acidentes, mas também pela alta incidência de acidentes por pessoa ou por veículo em circulação".



Marcelo Crivella (D) participa dos debates realizados ontem pela CDH

## Legislação específica para motoristas de caminhão

Quanto aos acidentes envolvendo caminhoneiros, o excesso de trabalho foi apontado com uma de suas principais causas. Segundo o procurador do Ministério Público do Trabalho Adélio Justino Lucas, a jornada excessiva de muitos motoristas de caminhão os leva ao consumo de "rebite" (anfetaminas) e cocaína para se manterem acordados por longos períodos. Uma recente matéria do programa *Fantástico*, da TV Globo, na qual se denuncia o consumo de drogas por caminhoneiros foi citada por vários participantes da audiência.

– É preciso normatizar a atividade desses trabalhadores. E a Agência Nacional de Transportes Terrestres [ANTT] é fundamental para que isso ocorra – afirmou Adélio.

Mônica de Macedo, também procuradora do Ministério Público do Trabalho,

concordou com Adélio. Ela argumentou que "a realidade do trabalho do caminhoneiro é específica e é preciso que a legislação os trate como categoria diferenciada".

A regulamentação da profissão de motorista – não se restringindo ao segmento dos caminhoneiros – foi defendida por participantes como o diretor de Assuntos Trabalhistas, Segurança e Saúde no Trabalho da Nova Central Sindical de Trabalhadores, Luiz Antônio Festino, e o representante do Movimento União Brasil Caminhoneiro, Neori Leobet.

O assessor jurídico da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística, Marco Aurélio Ribeiro, avaliou que o assunto teria de ser incluído na Consolidação das Leis do Trabalho, e não em "uma lei esparsa", segundo ele, para "dar segurança jurídica às duas partes".

# Valadares cobra políticas públicas para o autismo

Senador diz que Congresso Nacional está engajado na agenda social do distúrbio e alerta para a necessidade de o SUS estar preparado para diagnóstico e tratamento

O DIA INTERNACIONAL para a Conscientização a respeito do Autismo, em 2 de abril, foi tema de discurso ontem do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que destacou o papel do Legislativo na discussão dos temas relacionados à inclusão de pessoas com deficiência.

– Amanhã [hoje], na Câmara dos Deputados, haverá a instalação da Frente Parlamentar de Políticas para a Inclusão das Pessoas com Deficiência e, no dia 8, sessão especial voltada para a pessoa com deficiência. O Congresso Nacional cumpre agenda social importante que deve ser enaltecida e reconhecida por

todos nós – disse Valadares.

O senador destacou as manifestações em todo o mundo, onde prédios e monumentos foram iluminados com a cor azul para marcar a conscientização sobre o autismo, e citou como exemplos o Congresso Nacional e a Associação de Amigos do Autista (Amas) em Sergipe.

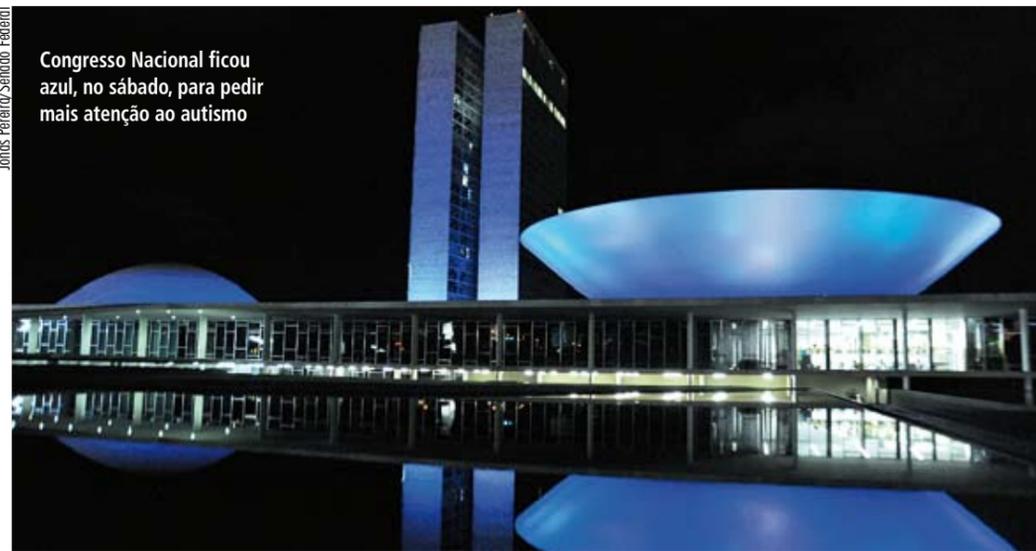
Segundo o senador, a criação da Amas é o resultado da luta por um local de atenção múltipla para suprir o que o Estado



Antônio Carlos Valadares

deixou de fazer. O senador afirmou já ter apresentado emenda ao Orçamento para beneficiar a associação, mas disse que há outras maneiras de contribuir.

– Quero alertar as autoridades e toda a sociedade para que sejam criadas políticas de saúde pública voltadas para o tratamento e diagnóstico do autismo, que o SUS seja capacitado. Os tratamentos mais eficientes disponíveis hoje são muito caros e, como sempre, a população mais pobre é a mais atingida.



Congresso Nacional ficou azul, no sábado, para pedir mais atenção ao autismo

## Cícero Lucena aponta situação caótica da saúde



Cícero Lucena

Cícero Lucena (PSDB-PB) apontou ontem a “situação caótica da saúde brasileira” e pediu união para resolver o problema.

– Devemos nos unir para solucionar a questão, já que somos os representantes da população – disse o senador.

Cícero Lucena lembrou o programa *Globo Repórter* exibido na sexta-feira, que mostrou “uma síntese do abandono e da falta de assistência” na área da saúde no país.

– A mídia não descansa mostrando essa situação, com a população massacrada e sem atendimento. Imaginem as dores e os sofrimentos dos casos não noticiados – declarou o senador, para quem “é impossível que o governo não esteja sabendo do estado dos hospitais”.

## Ciro Nogueira defende banco de dados de DNA



Ciro Nogueira

O senador Ciro Nogueira (PP-PI) pediu apoio para a aprovação de projeto de lei (PLS 93/11) que prevê a identificação genética para os condenados por crimes praticados com violência. Autor da proposta, ele disse que o objetivo é criar um banco de dados de DNA.

– É um poderoso instrumento que a ciência desenvolveu para auxiliar a Justiça e para combater a criminalidade – disse.

Países como Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha e o pioneiro Reino Unido já utilizam com sucesso banco de dados de DNA para investigação e solução de crimes, salientou.

– Esse projeto de lei atende a um anseio das polícias, dos peritos, dos investigadores e da própria Justiça – afirmou o senador.

## Nota de pesar

A morte é um fenômeno transcendental que encerra todas as vicissitudes da vida. É com grande comoção que lamento o falecimento do governador Jackson Lago, figura expressiva que dominou a política maranhense durante quase meio século. É com respeito que proclamo o seu caráter, a coerência na defesa de suas ideias e o idealismo com que exerceu os vários cargos que ocupou na vida pública. Ele deixa o exemplo de cidadão, de chefe de família, de homem público e o Maranhão tem a gratidão dos serviços que prestou à nossa terra.

Eu e Marly nos associamos à dor de sua esposa e de sua família, do povo maranhense e da classe política pela perda que acabamos de ter. Pedimos a Deus que nos conforte com a lembrança de sua vida e de tudo de bem que fez pela sociedade, pelo estado e pelo país.

José Sarney

## Garibaldi exalta o carisma do ex-vice-presidente José Alencar

Ao lamentar, em discurso, a morte de José Alencar, o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) afirmou que o ex-vice-presidente da República “conseguiu se sobressair com seu carisma e com sua capacidade de superação”.

– Existem pessoas que têm uma vida emblemática, que passam a ser exemplo para milhares de outras pessoas – disse o senador.

Garibaldi lembrou que conheceu Alencar na década de 1970, quando presidida uma indústria têxtil no Rio Grande do Norte, e negociou com o



Garibaldi Alves

empresário a instalação de uma de suas empresas no estado.

“Há momentos em que as palavras não podem expressar tudo que sentimos e vivenciamos”, disse o parlamentar, visivelmente abalado.

Para Garibaldi, o ex-vice-presidente será lembrado por sua maneira simples de servir ao próximo.

– José Alencar saiu do cenário da vida pública deixando um exemplo de coragem e de fé. Tenho certeza de que o céu se abrirá para ele. Seu exemplo de luta vai ficar na memória do povo brasileiro.

## Geovani Borges lamenta a morte de Salomão Alcolumbre

Geovani Borges (PMDB-AP) apresentou ontem requerimento de voto de pesar pela morte de Salomão Alcolumbre, empresário pioneiro no Amapá e 1º suplente do senador José Sarney.

Salomão Alcolumbre, de 65 anos, sofreu um ataque cardíaco no dia 1º de abril. Ele foi enterrado no último domingo e deixa a esposa, Marina, e cinco filhos.

Pioneiro em vários setores do comércio e das comunicações, era uma das figuras mais destacadas e respeitadas no estado, disse o senador.

O interesse do empresário



Geovani Borges

pela política começou em 1994, quando Salomão Alcolumbre, a convite de Sarney, concorreu ao cargo de governador do Amapá. Depois disso, a participação da família na política estadual cresceu, com o filho Isaac Alcolumbre

elegendo-se deputado estadual. O 2º suplente do senador Gilvam Borges (PMDB-AP) é Salomão Alcolumbre Junior.

Geovani Borges disse que Salomão era “benevolente e generoso, um amigo que não media distância para socorrer e compartilhar alegrias e sofrimentos” e apresentou condolências à família.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Cícero Lucena • Wilson Santiago • Gleisi Hoffmann • Ana Amélia

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sylvio Burle

Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF CEP: 70.165-920



Vital do Rêgo é o novo presidente da comissão

## Vital do Rêgo aponta os desafios da CMO

O senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), que assumiu na semana passada a presidência da Comissão Mista de Orçamento (CMO), apontou, em discurso no Plenário, os desafios que terá de enfrentar em sua nova função, como o início da tramitação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), já no próximo mês.

– Como sabemos, [a LDO] é a lei que determinará muito da forma e do conteúdo do Orçamento de 2012. Também tramitam, ainda no segundo semestre deste ano, o PPA [Plano Plurianual] e a Lei Orçamentária Anual [LOA]. Portanto, teremos logo à nossa frente um quadro que, em si mesmo, já é bastante desafiador: elaborar, discutir e votar a LDO para 2012 e, imediatamente após, fazer o mesmo em relação ao PPA, válido para os próximos quatro anos, bem como a LOA do exercício do próximo ano, 2012 – enumerou o senador.

Vital do Rêgo também falou sobre as manifestações da CMO a respeito de temas como crédito adicional, contas públicas, planejamento e execução orçamentária, ação governamental, regularidade na execução das obras e gestão fiscal. Para ele, é preciso trabalhar com um olhar “voltado para o futuro” e estreitar os laços de cooperação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios.



Crivella: fundo dos ferroviários está em crise

## Crivella pede ajuda do governo ao Seseff

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) fez um apelo ao governo federal pela recomposição dos recursos do Serviço Social das Estradas de Ferro (Seseff). O órgão, criado em 1961 para promover a saúde dos ferroviários, está prestes a ser liquidado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) por dificuldades financeiras.

De acordo com o senador, o Seseff tinha um fundo bem administrado, com títulos da dívida pública, que seria equivalente, hoje, a R\$ 82 milhões. No entanto, de 2003 a 2008 o fundo teve um administrador, segundo Crivella indicado pelo governo, “que foi infeliz nas aplicações financeiras e dilapidou o patrimônio”, o que teria levado a ANS a determinar a liquidação do plano de saúde.

O senador informou que grande parte dos beneficiários é de idosos, o que torna a adesão a outros planos de saúde inviável. Crivella lembrou que há um decreto do governo que proíbe o uso de recursos públicos para a recomposição de fundos, mas frisou que os idosos não têm como pagar a recomposição e que exigir deles o pagamento seria como “fazer campanha de doação de sangue na UTI de um hospital”.

# Dornelles elogia BC por combater inflação sem travar a economia

Senador considera prudente ação do Banco Central ao enfrentar o aquecimento da economia, mas lamenta que esforço dos cortes orçamentários esteja sendo prejudicado pela elevação das taxas de juros

O SENADOR FRANCISCO Dornelles (PP-RJ) elogiou ontem o Banco Central (BC) por atuar no controle da inflação sem causar um “tranco na economia”. Para o senador, se um desaquecimento brusco acontecesse, haveria inadimplência. Dornelles considerou prudente a ação do BC ao lidar com o aquecimento da economia e as metas de inflação e destacou também o esforço fiscal do governo, que anunciou cortes de R\$ 50 bilhões no Orçamento – ponderando, no entanto, também que tal esforço é mitigado pelo aumento da taxa básica de juros.

– Dar agora um tranco na economia poderia levar a inadimplência acima do nível razoável, que certamente criaria dificuldades para as entidades credoras, o que tornaria ainda mais grave os efeitos de um desaquecimento exagerado – observou.

Segundo Dornelles, o BC indicou que não pretende levar o país a um nível de desaquecimento que atingiria de forma aguda o nível de renda e de emprego. Ele disse que é preciso levar em conta que, nos últimos anos, houve um incremento enorme do crédito, que passou de 35,2% para 46,6% do produto interno bruto (PIB) entre dezembro de 2007 e



Dornelles ressalta compromisso do Banco Central de perseguir metas de inflação para 2011

de 2010. Isso, afirmou Dornelles, levou milhões de pessoas das classes mais baixas ao mercado, expandindo a demanda e aumentando o endividamento.

Dornelles salientou o compromisso reiterado pelo BC em seu primeiro relatório de inflação, de perseguir as metas de inflação fixadas para 2011, com margem de tolerância que vai até 6,5%.

O senador observou que o relatório se refere ao esforço fiscal do governo, às chamadas “medidas macroprudenciais”

em relação ao crédito e ao aumento ocorrido na taxa Selic, para concluir que não se deve ser precipitado na tomada de outras medidas de natureza monetária e creditícia. Ele disse que essas medidas já estão produzindo resultados sobre a demanda e o aumento da taxa Selic será sentido nos próximos meses.

A senadora Ana Amélia (PP-RS), em aparte, ressaltou que não é apenas o setor público que paga a conta, mas o juro alto também asfixia o setor produtivo.

## Para Gleisi, governo Dilma é bem avaliado por sua política econômica

Os bons resultados obtidos pelo governo da presidente Dilma Rousseff em recente pesquisa CNI/Ibope foram atribuídos pela senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) à política econômica. Na avaliação da parlamentar, o país vive um momento positivo no que diz respeito à geração de emprego e renda e o governo demonstra plena capacidade de administrar o processo inflacionário que, em sua opinião, decorre predominantemente de uma conjuntura internacional desfavorável.

– Há ainda aquelas opiniões extremamente pessimistas de parte do mercado, mas o que gostaria de ressaltar é que está sendo restaurada gradual-

mente a tranquilidade e demonstrada a correção de combater a inflação sem necessariamente estrangular nosso crescimento – disse.

Gleisi assinalou que as expectativas de redução da inflação para o próximo mês, medidas pelo IGP-M ou IGP-DI, comprovam a correção das previsões feitas pelo presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, em audiência pública realizada no mês passado no Senado.

Na avaliação da senadora, a economia brasileira não deverá sofrer uma freada, mas apenas uma desaceleração leve nos próximos meses. O movimento de redução da atividade econômica



Gleisi Hoffmann acredita que pesquisas de opinião apontam acertos do governo

será provocado, segundo ela, pela alta dos juros, pelas medidas adotadas a partir de dezembro pelo BC para conter o crédito e pela disposição do governo de cortar os gastos para conter a inflação.

## Cristovam alerta para riscos de “tsunami” no setor econômico

Cristovam Buarque (PDT-DF) destacou ontem reportagem da revista *Exame* segundo a qual o país necessitará de 8 milhões de profissionais nos próximos cinco anos sem os quais, salientou o senador, a economia entrará em uma profunda crise – “um verdadeiro tsunami”.

Cristovam afirmou que importar mão de obra não é uma solução, treinar rapidamente as pessoas significa produzir bens de má qualidade que serão recusados lá fora e frisou que não há nenhuma saída emergencial, neste caso, que satisfaça.

– Como deixamos o Brasil ficar nessa situação e o que fazer para resolver isso de uma maneira estrutural, permanen-



Cristovam propõe que universidades fiquem ligadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia

te, definitiva? O que provocou isto? O silêncio diante da crise educacional brasileira – declarou o senador.

Para Cristovam, a solução está na educação de base de qualidade para todos. Ele lembrou que os últimos governos deram prioridade sobretudo à educação superior, que, em sua opinião, está fracassando porque os alunos que entram hoje na universidade – “salvo alguns” – são incapazes de

seguir um curso com seriedade.

Ele propôs que o Ministério da Educação dedique-se unicamente à educação de base, ficando as universidades ligadas à pasta da Ciência e Tecnologia. Para o senador, é preciso também criar uma carreira federal de professor e “publicizar” as escolas particulares.

– Publicizar significa que ela tem um dono, que o professor é funcionário daquela empresa, mas que quem paga a mensalidade é o governo e quem escolhe o aluno é o governo – explicou.

Cristovam apontou ainda a necessidade de um programa federal de qualidade escolar, com o objetivo de melhorar as instalações das escolas, desde a extinção das goteiras até o fornecimento de computadores.

– O futuro do país está na escola. Formar bem não se faz só emergencialmente, e sim com programa em que o país adote como objetivo garantir toda criança na escola e qualidade a toda escola.

# Tipo 4 da dengue ressurgiu no país

O reaparecimento do vírus tipo 4 da dengue no país, em agosto de 2010, somou preocupações às já recorrentes epidemias que ocorrem durante o verão. Mas o Ministério da Saúde assegura

que o tipo 4 não tem tido a capacidade de “produzir epidemias explosivas ou com grande número de casos graves” nos países onde é predominante, como na Venezuela e no Caribe. Na prática, este vírus produz

as mesmas manifestações dos outros e, uma vez contraído, não voltará a infectar a mesma pessoa. Veja as ações previstas pelo Ministério da Saúde, os cuidados para evitar a doença e o tratamento adequado.

## Clássica não traz complicações, mas hemorrágica é perigosa

Existem quatro subtipos de vírus da dengue, que, transmitidos pela picada do mosquito *Aedes aegypti*, provocam no ser humano os mesmos sintomas, podendo até não apresentar nenhum. Cada subtipo imuniza a pessoa contra ele. Veja os diferentes sintomas:

- Clássica: o paciente apresenta sintomas como febre alta (39° a 40°) de início repentino, seguida de dor de cabeça, dores no corpo, nas articulações e no fundo dos olhos, náuseas e vômitos. É frequente o aparecimento, de três a quatro dias após

o início da febre, de manchas vermelhas na pele.

- Hemorrágica: principais sinais ocorrem entre o terceiro ou quarto dia após o início dos sintomas. Aparecem então sangramentos espontâneos, manchas arroxeadas na pele, fortes dores abdominais e queda de pressão. Alguns sinais da dengue hemorrágica só podem ser detectados por exames laboratoriais, como a queda da quantidade de plaquetas (responsáveis pela coagulação do sangue).

## Como evitar proliferação do mosquito

- » Não deixar água acumulada sobre a laje.
- » Manter o saco de lixo bem fechado e fora do alcance de animais até ser recolhido pelo serviço de limpeza urbana.
- » Manter a caixa d'água bem fechada para que não vire criadouro do mosquito.
- » Manter bem tampados barris e tonéis d'água.
- » Encher de areia até a borda os pratinhos dos vasos de planta.
- » Lavar semanalmente por dentro, com escova e sabão, os tanques utilizados para armazenar água.
- » Se você não colocou areia e acumulou água

no pratinho de planta, lavá-lo com escova, água e sabão para tirar ovos do mosquito que podem ter ficado aderidos às paredes do recipiente. Fazer isso toda semana.

- » Remover folhas e galhos e tudo que possa impedir a água de correr pelas calhas.
- » Jogar em lixeira fechada objetos que possam acumular água, como embalagens usadas, potes, latas, copos, garrafas vazias etc.
- » Se você tiver vasos de plantas aquáticas, trocar a água e lavar o vaso por dentro com escova, água e sabão pelo menos uma vez por semana.

- » Colocar o lixo em sacos plásticos e manter a lixeira bem

fechada. Não jogue lixo, pneus nem qualquer objeto que possa acumular água em terrenos baldios.

- » Lavar principalmente por dentro, com escova e sabão, os utensílios usados para guardar água em casa, como jarras, garrafas, potes, baldes etc.

- » Durante as epidemias, carros equipados com bombas de inseticida (o popular “fumacê”) circulam pelas ruas aplicando o produto para diminuir a população de mosquitos adultos no ambiente.



### Saiba mais

**Ministério da Saúde**  
Esplanada dos Ministérios  
– Bloco G – Brasília (DF)  
CEP 70058-900  
Disque saúde: 0800 61  
1997  
[www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)



CONFIRA A ÍNTEGRA DO  
ESPECIAL CIDADANIA EM  
[WWW.SENADO.GOV.BR/  
JORNAL](http://WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL)

## Tratamento contra o vírus é só para aliviar sintomas

Aos primeiros sintomas, a pessoa deve buscar imediatamente atendimento médico. O Ministério da Saúde informa que o tratamento é de suporte, ou seja, para alívio dos sintomas, reposição de líquidos perdidos e manutenção da atividade sanguínea. Somente após consultar um médico, o paciente deve:

- Usar medicação indicada para aliviar as dores e a febre (não tomar qualquer remédio à base de ácido acetil-salicílico, como AAS e Aspirina, pois esses alteram a coagulação e aumentam o risco de sangramento).
- Beber muito líquido (inclusive soro caseiro) durante todo o período da doença.
- Manter-se em repouso.

## Alto risco de epidemia em 16 estados

“No Brasil, 70% dos casos de dengue concentram-se entre janeiro e maio”, alertou o ex-ministro da Saúde, José Gomes Temporão, em setembro do ano passado, no lançamento da ferramenta Risco Dengue, uma metodologia de avaliação da doença em todo país para prever casos e intensificar ações.

A ferramenta Risco Dengue coleta dados baseados em seis critérios: incidência atual de casos; incidência de casos nos anos anteriores; índices de infestação pelo *Aedes aegypti*; sorotipos em circulação; cobertura de abastecimento de água e coleta de lixo; e densidade populacional.

O ministério recomendou então ações de prevenção como visitas domiciliares, mutirões de limpeza urbana, reforço da coleta de lixo, eliminação e tratamento de criadouros nas residências e aplicação de larvicidas e inseticidas.

Apesar de todas as ações profiláticas, muitas pessoas no país foram infectadas, o que confirmou as previsões do novo mapa de risco da dengue, divulgado em janeiro pelo atual ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Segundo o documento, passam de dez para 16 os estados com risco muito alto de epidemia.

## Meio urbano facilita avanço do mosquito

A dengue é mais comum em áreas urbanas, principalmente nas grandes cidades, onde há mais habitantes e é maior a quantidade de criadouros para os ovos do mosquito resultan-

tes da ação do ser humano, como lajes de prédio, calhas, lixo e objetos que acumulam água dentro de casa.

O Ministério da Saúde aponta ainda outros fatores que

contribuem para a manutenção do mosquito transmissor no meio ambiente e a dificuldade de sua eliminação: a aglomeração de pessoas sem imunidade aos vírus e a depo-

sição de ovos pelas fêmeas do mosquito em vários locais com sombra e água acumulada, ao contrário das fêmeas de outras espécies, que depositam seus ovos em um único lugar.